

# POR QUE A DEMOCRACIA? UMA ANÁLISE ACERCA DA PRESSUPOSIÇÃO DE IGUALDADE PRESENTE NO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS

---

*Jonathan Hernandes Marcantonio\**

## RESUMO

A tentativa que faremos a seguir é determinada por uma lógica racional. Tenta-se aqui buscar pontos interligados em *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls que nos forneça um caminho coerente, dentro da teoria mencionada, nos levando a uma justificativa razoável a respeito dos motivos que levava Rawls a nomear o Sistema Democrático como o sistema de governo mais adequado para a aquisição de preceitos que resultem em Justiça. A razão nos fez enveredar por este caminho fora, usando das palavras do Prof. Rolf Kuntz<sup>1</sup>, a redescoberta da igualdade como paradigma da justiça. A onda neoliberal não faz um discurso meramente econômico, ou que, de alguma forma, detenha um conteúdo meramente econômico. As discussões internacionais têm levado mais e mais a cabo a idéia de retorno a uma humanidade per-

---

\* Mestrando em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor de Hermenêutica Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor da Faculdade de Direito da Faculdade Panamericana – Fapan. Advogado.

1. KUNTZ, Rolf. *A redescoberta da Igualdade como condição de Justiça*. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo: Malheiros, 2002.

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

dida. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o espírito internacional direcionava-se para o pleito de uma reconstrução. Mas não era uma reconstrução somente material. Esta tinha o intuito de re-estabelecer o pilar humanístico da sociedade global, tentando não só uma reconstrução material, de cidades, monumentos e demais construções simbólicas, mas também a reconstrução do espírito de toda a humanidade, já tão descrente de valores.

Assim, dos autores que se preocuparam com tal redescoberta, John Rawls indubitavelmente merece uma análise em apartado. Sua teoria reconstrói padrões liberais, tanto econômicos quanto políticos e ideológicos, com formas renovadas e novas vias de resgate valorativo, trazendo novas forças ideológicas na busca de uma forma justa de distribuição e de bem estar, sendo isto o que, de forma sucinta, tentamos expor a seguir.

*Palavras-chave:* liberdade; liberalismo; democracia; justiça.

**ABSTRACT**

The attempt that we will make to follow is determined by a rational logic. It is tried here to search linked points in a Theory of Justice, of John Rawls who in supplies a coherent way to them, inside of the mentioned theory, in leading to a reasonable justification regarding the reasons that Rawls takes to nominate the Democratic System as the system of adjusted government more for the acquisition of rules that result in Justice. The reason in made them to enveredar for this way is, using of the words of Prof. Rolf Kuntz, redescoberta of the equality as paradigm of justice. The neoliberal wave does not make a economic speech mere, or that, of some form, it withholds a economic content mere. The international quarrels have taken more and more the handle the return idea to a lost humanity. To the end of the Second World War I, the international spirit was directed for the lawsuit of a reconstruction. But it was not a material reconstruction only. This had intention re-to not only establish the humanistic pillar of the global society trying a material reconstruction, of cities, monuments and too much symbolic constructions, but also the reconstruction

of the spirit of all the humanity, already so unbelieving of values. Thus, of the authors who if had worried about such redescoberta, John Rawls indubitavelmente deserves a separated analysis in. Its theory reconstructs liberal standards, in such a way economic how much ideological politicians and, with forms renewed and new ways of valorativo rescue, bringing new ideological forces in the search of a form welfare and distribution joust, being this what, of form clean, we try to display to follow.

*Keywords:* freedom; liberalism; democracy; justice.

### 1. INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE LIBERAL

Não nos aparenta ser demasiado, embora já tenha sido feito inúmeras vezes, ressaltar, antes de qualquer coisa, que a teoria de John Rawls não é uma teoria coletivista, ao contrário do que possa parecer. Ela, de maneira alguma, estabelece padrões que resultam em bens iguais para todos, suprimindo a vontade individual. A *Teoria da Justiça* viabiliza condições mínimas e gerais de igualdade, para que os membros de uma dada sociedade tenham acesso a todos os setores desta, podendo assim, buscar seus interesses de uma forma individual. A sociedade de John Rawls, vista sob uma ótica ausente de valores ou princípios, consiste em um conglomerado de indivíduos que tentam absorver ao máximo o disponível, cada um para si. A sociedade de John Rawls é o retrato da própria sociedade liberal.

A intenção aqui não é traçar contornos apocalípticos a um retrato desconcertante de nossa sociedade. Aliás, Rawls em nenhum momento de sua obra esboça algo semelhante. A descrição feita pelo autor vai além de moldes descritivos. Esta detém um objetivo maior que tenta buscar formas de tornar a vida em sociedade algo que viabilize o acesso de todos os seus membros a todas as suas instituições. E, para tanto, o filósofo vai buscar tais resultados na chamada escolha racional (*the reasonable choice*). Com esse intuito, Rawls auxilia-se das clássicas formulações dos contratualistas e tenta resgatar, de uma forma generalizada, a idéia de “acordo social”.

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

Porém, ao resgatar tal concepção, Rawls se depara com dois problemas relevantes para nossa abordagem, que se desdobram de suas próprias conjecturas:

1. Como conseguir um acordo coletivo em uma sociedade que detém seus membros voltados para seus próprios interesses?
2. Como manter esse acordo em um padrão de respeitabilidade entre os membros acordantes da sociedade?

## 2. A ESCOLHA RACIONAL E O VÉU DA IGNORÂNCIA

Tentemos respondê-las na ordem em que foram propostas. (1) A preocupação primeira está em como Rawls consegue alcançar o padrão valorativo, denominado por ele de princípios da justiça, que delimitam e moldam a vida de todos, trazendo padrões de igualdade, mesmo de forma generalizada, limitando, assim, suas aspirações individuais.

Rawls utiliza-se dos institutos da escolha racional dentro de um contexto hipotético, que seria o momento da formação da sociedade<sup>2</sup>, onde todos os membros contratantes desconheciam sua posição social e, visando o não-prejuízo, dada sua preocupação limitada à individualidade, isto é, sem que se construísse um espírito coletivista ou preocupações intersubjetivas, estabeleceriam princípios não discriminatórios, no sentido de não proporcionar largas desvantagens entre as divisões inevitavelmente presentes em uma sociedade, pois não se saberia em qual dos grupos estar-se-ia alocado. A este instituto, Rawls denomina de Véu da Ignorância (*Veil of Ignorance*).

A importância do véu da ignorância para teoria da justiça de John Rawls consiste no aparato teórico de justificação da escolha de tais princípios. Claro que essa justificação não ultrapassa os limites hipotéticos de uma teoria, estabelecendo uma delicada e tênue relação entre escolhas racionais factuais e institutos teóricos hipotéticos, que não cabe aqui explorarmos.

---

2. A este instituto, Rawls dá o nome de Posição Original (*Original Position*).

O que deve ser deixado claro aqui é a natureza da escolha racional. Quando o indivíduo se depara com a necessidade de adoção de princípios, este faz a escolha reconhecendo que tal escolha será melhor para ele próprio, caso pertença a qualquer casta da sociedade; e é por esta razão que Rawls diz que “(...) nenhuma distribuição da satisfação é preferível à outra, salvo em situações de igualdade, onde uma distribuição mais igualitária é favorecida” (RAWLS:1993:43).

Portanto, quando se diz que a igualdade é preferível, a afirmação resultante traduz-se numa busca de segurança; garantir condições semelhantes a toda sociedade é garantir maiores possibilidades de bem estar (*fairness*), dentro de uma esfera individual.

### 3. AS DUAS IGUALDADES

(2) Nossa preocupação seguinte é com a possibilidade de manutenção do acordo social; em outras palavras: como se consegue preservar o contrato, suprimindo interesses individuais que se limitam aos moldes de uma almejada igualdade, quando a busca de tal igualdade é oriunda da própria tentativa de garantia e consecução de interesses individuais? Interesses esses que suprimiriam facilmente qualquer acordo social, caso novas e melhores vantagens individuais surgissem da transgressão do contrato firmado na posição original.

Para que nossa explicação fique mais clara, façamos em primeiro lugar uma distinção entre dois significados da palavra igualdade que aparecem no decorrer da teoria de Rawls. A primeira delas possui íntima relação com a posição original, e é desta conceituação que se desdobra o contrato social. Aqui, a *igualdade* representa a igual condição de todos os membros da sociedade na tentativa de identificar os adequados princípios (*os princípios da justiça*), para que, a partir de então, possa-se criar as leis que terão sua produção moldada em tais princípios. Rawls deixa bem claro que na posição original “ninguém deve ser beneficiado ou

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

prejudicado pela fortuna natural ou circunstâncias sociais” (RAWLS:1993:38).

Para tal igualdade, percebemos que a tentativa de Rawls em sua eleição fora a de vetar usurpações e sobrepujanças de uns sobre os outros, valendo-se, todos, mera e unicamente de seus institutos racionais. Essa concepção de igualdade

juntamente com o véu da ignorância definem os princípios da justiça como aqueles aos quais os sujeitos racionais, interessados em melhorar a sua situação e decidindo em posição de igualdade, sabendo que nenhum deles está beneficiado ou prejudicado por contingências sociais ou naturais, dariam o seu consentimento (RAWLS:1993:38).

A segunda idéia de *igualdade* liga-se necessariamente com a idéia de equidade. Traduzida para a língua portuguesa como *Igualdade Equitativa*<sup>3</sup>, esta aparece em um segundo momento na teoria de John Rawls e podemos dizer que se trata de um dos objetivos da instauração dos *Princípios da Justiça*. Essa igualdade pode ser encarada como a possibilidade equânime de acesso a todos os institutos presentes em uma sociedade (quer seja econômico, social, cultural etc.) e só pode ser concebida quando já existem normas que viabilizem esse acesso. Portanto, só pode haver igual acesso de todos a tudo, via de regra, quando se tem efetivado os princípios da justiça.

Não confundamos *igual acesso* com *igual distribuição*: de maneira geral, tem-se *igual acesso* quando todos os membros da sociedade possuem a potencialidade de alcançar qualquer patamar social, independentemente de fortunas ou infortúnios naturais ou sociais. O alcance efetivo dos respectivos patamares varia de acordo com interesses e acepções que cercam cada indivíduo de maneira separada. A *igual distribuição*, por seu turno, preocupa-se com resultados distributivos de bens

---

3. Na tradução feita para Portugal, em 1993 (1. ed.) pela Editora Fundamentos (Lisboa).

e não apenas com seu livre acesso. A igual distribuição não implica em uma liberdade individual de escolha, muito presente, esta última, na teoria de Rawls.

Dessa forma, conseguimos identificar duas formas de supressão contratual dentro de uma sociedade. A primeira delas é feita, motivada por maiores benefícios particulares que não seriam proporcionados no estrito cumprimento contratual. Sonegar um tributo obrigatório que seria destinado à implementação de melhorias na rede educacional seria benéfico, imediatamente, para o indivíduo que o sonega, pois este acumularia mais capital, por exemplo. Neste caso, o que obrigaria o indivíduo a obedecer ao contrato, sendo que um membro de uma sociedade liberal possui aspirações que não ultrapassam a esfera individual?

Por mais que as aspirações individuais pareçam preponderar sobre uma consciência coletivista, em Rawls um dos escopos da *teoria da justiça* é a estabilidade<sup>4</sup>. Esta estabilidade está vinculada a uma obediência voluntária média da sociedade. Isso significa que os princípios nomeados como *Princípios da Justiça* devem conseguir vincular um acesso potencial da maioria dos membros da sociedade aos institutos desta, desempenhando sua função de garantia da *igualdade eqüitativa*, cumprindo, desta forma, o objeto motivador do contrato social.

Se assim o faz, aqueles que firmaram o acordo social e infringiram-no, faltam, sem motivo aparente, com o comprometido contratualmente, o que vincula a possibilidade de instauração de possíveis coações sociais de utilidade pública<sup>5</sup>. A

---

4. Podemos dizer que a *Teoria da Justiça* está calçada por um trinômio que consiste em *Coordenação/Eficiência/Estabilidade*. Não nos é necessário entrarmos neste cerne, pois sairia completamente de nossa temática. Porém, uma enriquecedora discussão sobre o tema pode ser encontrada em KUKATHAS, Chandran; PETIT, Philip. *Rawls. Uma teoria da justiça e seus críticos*. Lisboa: Gradiva, 1995.

5. A noção de “Utilidade Pública” que pode ser extraída da teoria da Justiça está intimamente ligada ao conceito de instituições presente em SEARLE, J.R. *Speech Acts*. The University Press, Cambridge, 1969, p. 33-42.

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

essas coações Rawls dá o nome de Forças Estabilizadoras. Assim, “quando se verificam infracções, devem existir forças estabilizadoras que impeçam novas violações e que se orientem para restabelecer o acordo existente” (RAWLS:1993:29)

Notem que essas forças estabilizadoras detêm muito mais do que a função de coibir um ato desobediente. Tais forças vinculam um aparato institucional que visa restabelecer o equilíbrio já afetado pelo ato de transgressão. No caso anteriormente citado por nós, de sonegação de tributos, além da punição ao sonegador, teríamos uma política que visaria um combate a possíveis novas sonegações de outros indivíduos e, eventualmente, a criação de um fundo, ou qualquer outra política que tentaria evitar atos lesivos à instituição a qual se destinaria aquele tributo.

Essas forças estabilizadoras se demonstram suficientes para a solução da primeira problemática levantada. A segunda questão, no entanto, mostra-se um pouco mais delicada de se lidar. Trata-se da possibilidade de o contrato social levantado não conseguir atribuir à sociedade a *igualdade eqüitativa*. Como proceder nessa situação?

#### 4. EQUILÍBRIO REFLETIDO E DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Rawls apresenta, em momentos distintos de sua obra, duas formas de solução deste problema que consistem, acima de tudo, em possibilidades de revisão dos princípios nomeados na posição original. Passemos a elas.

A primeira delas consiste no denominado equilíbrio refletido (*reflective equilibrium*). Como o próprio autor reconhece, a posição original não se liberta de seu caráter hipotético, sendo mera representação do aceite da sociedade sobre determinados princípios. Desta forma, alguns princípios “escolhidos” podem vir a sofrer alterações, em função de mudanças nas relações sociais, por exemplo, ou ainda, mostrarem-se inadequados. Isso ocorre, isto é, um princípio só é considerado inadequado ou carente de alterações quando não consegue



viabilizar a já mencionada igualdade eqüitativa, pondo em risco toda a estrutura de uma sociedade que visa a justiça<sup>6</sup>. Assim, admitindo tal possibilidade, John Rawls institui uma forma de re-adequar os princípios nomeados aos moldes da almejada igualdade eqüitativa, utilizando-se de escolhas e posições racionalmente aceitas socialmente. Em suma, o equilíbrio refletido.

Trata-se de uma forma de equilíbrio porque, finalmente, as nossas posições sobre a justiça estão de acordo com os nossos princípios; e é reflectido uma vez que conhecemos os princípios aos quais as nossas posições se conformam com as premissas para a sua derivação. (...) Mas este equilíbrio não é necessariamente estável. É susceptível de ser alterado por uma nova análise das condições impostas à situação contratual, bem como pelos casos concretos que nos podem obrigar a rever as nossas posições (RAWLS:1993:39)<sup>7</sup>.

O grande atributo viabilizado com a instituição do equilíbrio refletido fora, ao nosso ver, a possibilidade de re-estruturação de princípios escolhidos na posição original, que deveriam afiançar a igualdade eqüitativa e não o fazem, num momento posterior à escolha racional (hipotética) de tais princípios, sem que se haja a necessidade de apelo a outras me-

---

6. A respeito dessa última assertiva, vale lembrar que toda a teoria de John Rawls está baseada em uma estrutura social econômica e politicamente liberal, como bem lembra Stephen K. White (1995:32): “(...) a persuasão de seus (de John Rawls) argumentos se estende apenas até aquela estrutura normativa da profunda consciência ocidental moderna”. Desta forma, o recorte feito por Rawls limita a aplicação de princípios da justiça em sociedades com um *design* liberal. O que levanta alguns problemas muito bem abordados em HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de uma teoria política*. São Paulo: Loyola, 2004.

7. Sobre um questionamento consistente a respeito da viabilidade prática do equilíbrio refletido em uma sociedade democrática ver HABERMAS, Jürgen. Op. cit. p. 78-81.

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

didadas e atitudes que não as oriundas da *ratio*, mantendo uma razoabilidade e adequação teórica.

O segundo mecanismo de re-estruturação principiológica não questiona imediatamente os princípios, mas sim as formas nas quais eles são encaixados e efetivados na sociedade. Essas formas são, em geral, as leis estatais. Quando uma lei não consegue viabilizar a efetividade de um princípio, ela perde seu propósito último, mantendo uma ordem, um comando, que se mostra ineficaz e, por vezes, nocivo, para o alcance dos princípios escolhidos pela sociedade. Desta forma, Rawls inseriu em sua teoria, espelhado pelas teorias contratualistas clássicas, o instituto da Desobediência Civil. Rawls define Desobediência Civil como

um acto público, não violento, decidido em consciência, mas de natureza política, contrário à lei e usualmente praticado com o objetivo de provocar uma mudança nas leis ou na política seguida pelo governo. Ao agir dessa forma, apelamos ao sentido de justiça da maioria da comunidade e declaramos que, na nossa opinião ponderada, os princípios de cooperação entre homens livres e iguais não estão a ser respeitados (RAWLS:1993:282).

Ao ilustrar a definição de Desobediência Civil, Rawls impõe condições necessárias para que tal instituto seja realmente aplicável. São elas:

- a sociedade em questão ser uma sociedade quase justa;
- a necessidade de existência de um Regime Democrático;
- a Desobediência Civil deve ter como base os princípios da Justiça, sendo justificada e legitimada por tais;
- a Desobediência Civil não deve, em hipótese alguma, ser violenta, e;
- Pode ser passível de reforma judicial.

De todas as condições apresentadas, duas delas nos parece carente de um melhor esclarecimento. As demais se mostram muito bem engajadas no cenário teórico até então apresentado,

dando uma roupagem extremamente racional e cívica do conceito de Desobediência Civil. Aliás, estas características, todas elas, dão à já citada Desobediência Civil a função desejada por Rawls a um instituto desse porte, que é garantir que a produção, e também a fiscalização, das leis estejam consoantes com os princípios da justiça, viabilizando aos membros da sociedade a possibilidade de cobrança dos princípios da justiça, mesmo se tal cobrança se mostrar *contra legem*.

##### 5. A IDÉIA DE UMA SOCIEDADE QUASE JUSTA

Uma das grandes preocupações de Rawls que conseguimos extrair quando da leitura de *Uma teoria da Justiça* é a incessante ressalva do Corte Epistemológico proposto por ele. Nesta, Rawls ratifica, inúmeras vezes, a aplicabilidade e viabilidade de uma teoria da Justiça em países Liberais e Democráticos apenas, onde se tenha a perspectiva de alcance dos princípios da justiça propostos.

Claro que, se todos os países liberais e democráticos conseguissem ser plenamente justos, não haveria a necessidade de institutos como o da Desobediência Civil, pois em nenhuma hipótese um Estado dessa natureza seria injusto, ou teria em seu ordenamento jurídico algum corpo normativo que estivesse em contraposição a qualquer princípio de justiça. Assim, Rawls admite, citado por ele como casos excepcionais, a possibilidade de existência de uma sociedade quase justa que consiste em uma sociedade que “no essencial seja bem ordenada, mas qual, não obstante, ocorram sérias violações da Justiça” (RAWLS:1993:281).

Não nos prenderemos ao questionamento sobre a existência de sociedades democráticas plenamente justas nos tempos atuais. O que Rawls institui e viabiliza, que é aquilo que nós devemos ressaltar aqui, é a própria intervenção popular, dentro de parâmetros racionais, com o intuito de formular juízos que, justificados em princípios de justiça e equidade, forcem mudanças legislativas ou estruturais dentro de uma socieda-

POR QUE A DEMOCRACIA?  
JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

de, favorecendo um caminho de transição de uma sociedade quase justa, para uma sociedade plenamente justa.

6. *POR QUE A DEMOCRACIA?*

O último passo proposto por nós fora o de analisar o motivo pelo qual John Rawls elege a Democracia como forma viável de consecução e garantia de Justiça. A própria concepção de Desobediência Civil exige uma sociedade democrática para que possa se desenvolver. Passemos, portanto, a analisar a razão de tal escolha.

A Democracia, na visão tradicional do termo, oriunda da análise política Aristotélica, consiste em um sistema de governo instrumentalista eqüitativamente, enquanto possibilita a todos os membros de uma sociedade o acesso equânime ao governo e distribui a todos os mesmos direitos e garantias. O grande resultado desta democracia, para Aristóteles, incide sobre uma possível divisão de concepções de justiça extraídas do “governo do consenso” que norteiam todas as escolhas e decisões: são eles os conceitos de justiça distributiva e justiça comutativa. Rawls se apóia constantemente nesses padrões aristotélicos de justiça, o que o faz extrair dois grandes conceitos de princípios de justiça que serão necessários, por pressuposto, para a existência de uma posição original. Esses princípios podem ser resumidos, como foram pelo próprio Rawls, da seguinte forma<sup>8</sup>:

1º) Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais amplo sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos.

2º) As desigualdades econômicas e sociais devem ser distribuídas por forma a que:

redundem nos maiores benefícios possíveis para os menos beneficiados, de uma forma que seja compatível com o princípio da poupança justa, e;

8. Extraído de RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Coimbra: Fundamentos, 1993. p. 239.

## REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO

sejam a consequência do exercício de cargos e funções abertos a todos em circunstâncias de igualdade eqüitativa de oportunidades.

Esses dois princípios são, para Rawls, a questão central para o alcance da Justiça. Portanto, quando se tem, de maneira geral, a busca desses princípios e a consciência popular de que estes princípios devem ser respeitados para se ter um bem estar efetivo, sem que isso prejudique, contudo, as aspirações individuais dos membros de uma sociedade, pode-se dizer, escorado em Rawls, que se tem uma sociedade justa.

Notem que, como já dito por nós anteriormente, os princípios da justiça nomeados por Rawls estão em sua integralidade ligados à idéia de igualdade (quer seja de distribuição, quer seja de acesso); isso sem mencionar todas as formulações contratualistas presentes na Posição Original que justificam as escolhas dos princípios que também possuem elo com a idéia de igualdade.

Desta forma, a Democracia detém um papel determinante e essencial em uma sociedade que possui por aspiração ser justa: a democracia é o único entre os sistemas de governo que viabiliza discussões racionais argumentativas entre membros de uma sociedade e possibilita que tais discussões se desenvolvam em um pé de igualdade onde resultem até mesmo em um equilíbrio de vantagens e desvantagens entre os interlocutores em questão. Para Rawls, portanto, a Democracia é a única que garante ao menos a possibilidade de se tentar alcançar os princípios da Justiça de uma maneira racional e consensual, sendo todos os participantes considerados em um mesmo nível hierárquico. Portanto, podemos dizer que a Democracia viabiliza a igualdade em diferentes esferas em uma sociedade liberal, que é uma sociedade individualista, e a Justiça de John Rawls está intrinsecamente ligada à idéia de igualdade. A igualdade, por conseguinte, é o elo chave entre a Democracia e a Justiça.

Rawls não permite em sua teoria a extração dos motivos

## POR QUE A DEMOCRACIA? JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO

pelos quais o levaram a nomear a igualdade como ponto principal de desenvolvimento teórico. Essa proibição se dá pelo fato de Rawls não se preocupar em expor tais motivos, apelando ao Intuicionismo para trazer à tona a idéia de igualdade. Acrescentado a isso, Rawls não questiona se realmente a igualdade é o ponto chave da idéia de Justiça: Rawls a pressupõe limitando desta forma possíveis indagações com relação a seu ponto de partida, o que abre possíveis caminhos para questionamento de alguns sobre a sua teoria.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma resumida tentamos expor os pontos principais da teoria da Justiça de John Rawls que serviram de base para que conseguíssemos chegar aos pontos aqui levantados e explorados. Não era de nosso intuito esgotar todas as discussões que se podem levantar quando da análise completa da obra de John Rawls. A nossa idéia era buscar um fio teórico adequado que nos conduzisse a uma justificativa filosófica da necessidade de regimes Democráticos de Direitos para a instauração de um corpo estrutural justo, onde liberdades individuais e direitos sociais pudessem ser alcançados, isso dentro de uma única obra de John Rawls, *A Theory of Justice*, que é encarada como um marco dentro da filosofia moral/política na atualidade, já que a busca pela justiça é incessante e se mostra cada vez mais necessária, embora diversas dificuldades de ordem prática obstruem a vinda de tempos de *igualdade e bem estar* (*fairness*), pára-utilizando as palavras de John Rawls.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA, José Eduardo. *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro – Estudos de teoria Política*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KUKATHAS, Chandran; PETIT, Philip. *Uma teoria da Justiça e seus Críticos*. Lisboa: Gradiva, 1995.

REVISTA DA FACULDADE  
DE DIREITO

RAWLS, John. *A theory of Justice*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *Sobre las libertades*. Barcelona: Paidós, 1996.

\_\_\_\_\_. *Uma teoria da Justiça*. Lisboa: Fundamentos, 1993.

WHITE, Stephen K. *Razão, Justiça, Modernidade – A obra recente de Jürgen Habermas*. São Paulo: Ícone, 1995.